

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2023/2024

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Colégio de Procuradores de Justiça, criou o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA, através da Resolução nº 009/2022, para atuar em danos ambientais de abrangência estadual ou interestadual, mediante planos de trabalhos e em cooperação com as Promotorias de Justiça com atribuição nas referidas matérias.

No início dos trabalhos, os Membros do GAEMA aprovaram proposta do seu então Coordenador, exercida pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA (art. 4º da Resolução nº 009/2022), Dr. José Maria da Silva Júnior, para que fosse realizada a subdivisão do GAEMA por áreas de atuação, a fim de sistematizar e tornar mais eficaz os seus resultados, consistente na seguinte subdivisão:

1- Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Incêndios Florestais e Queimadas (GAEMA IQ) – Membros: Adailton Saraiva da Silva, Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Gurupi. e Rui Gomes Pereira da Silva Neto, Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Araguaína;

2- Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU) - Membro Maria Juliana Naves Dias do Carmo, Titular da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi;

3- Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D - Membros Octahydes Ballan Júnior, Francisco José Pinheiro Brandes Júnior, Promotor de Justiça da Promotoria Regional Ambiental do Alto e Médio Araguaia e Mateus Ribeiro dos Reis, Promotor de Justiça de Peixe.

Nessa fase inicial do trabalho, foi necessária a edição dos planos de trabalhos de cada uma das subdivisões para a atuação do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA.

Os planos de trabalho foram minutados e aprovados no fim do ano de 2023, momento em que as subdivisões do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – GAEMA começaram a atuar com procedimentos e painéis próprios, respeitada a divisão administrativa proposta pelos seus Membros.

Para tanto, foram criados painéis e acessos próprios no sistema E-ext para a gestão do grupo especial e suas subdivisões, sendo que, em cada um deles, há um procedimento de gestão

administrativo, com a finalidade de acompanhar as metas e as deliberações dos Membros, decididas em reuniões periódicas.

Neste ano de 2024 já foram encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça os novos Planos de Trabalho (2024/2026) aprovados pelos Membros do GAEMA.

Hoje, no Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D há 222 procedimentos em curso.

Enquanto no Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Incêndios Florestais e Queimadas (GAEMA IQ) possui 67 procedimentos.

E, no Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU), há 49 procedimentos em curso.

### **GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE – GAEMA**

O Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D apresentou **7.216 movimentações**, no período compreendido entre fevereiro de 2023 a 30 de setembro de 2024, conforme *Relatório Integrar-e - Movimentações anexo despachos – pareceres - decisões - reuniões*, dentre outras movimentações.

Já o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Incêndios Florestais e Queimadas (Gaema IQ) apresentou **3.603 movimentações**, no período compreendido entre fevereiro de 2023 a 30 de setembro de 2024, conforme *Relatório Integrar-e - Movimentações anexo despachos - pareceres - decisões - reuniões*, dentre outras movimentações.

E o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU) apresentou **940 movimentações**, no período compreendido entre fevereiro de 2023 a 30 de setembro de 2024, conforme *Relatório Integrar-e - Movimentações anexo despachos - pareceres - decisões - reuniões*, dentre outras movimentações.

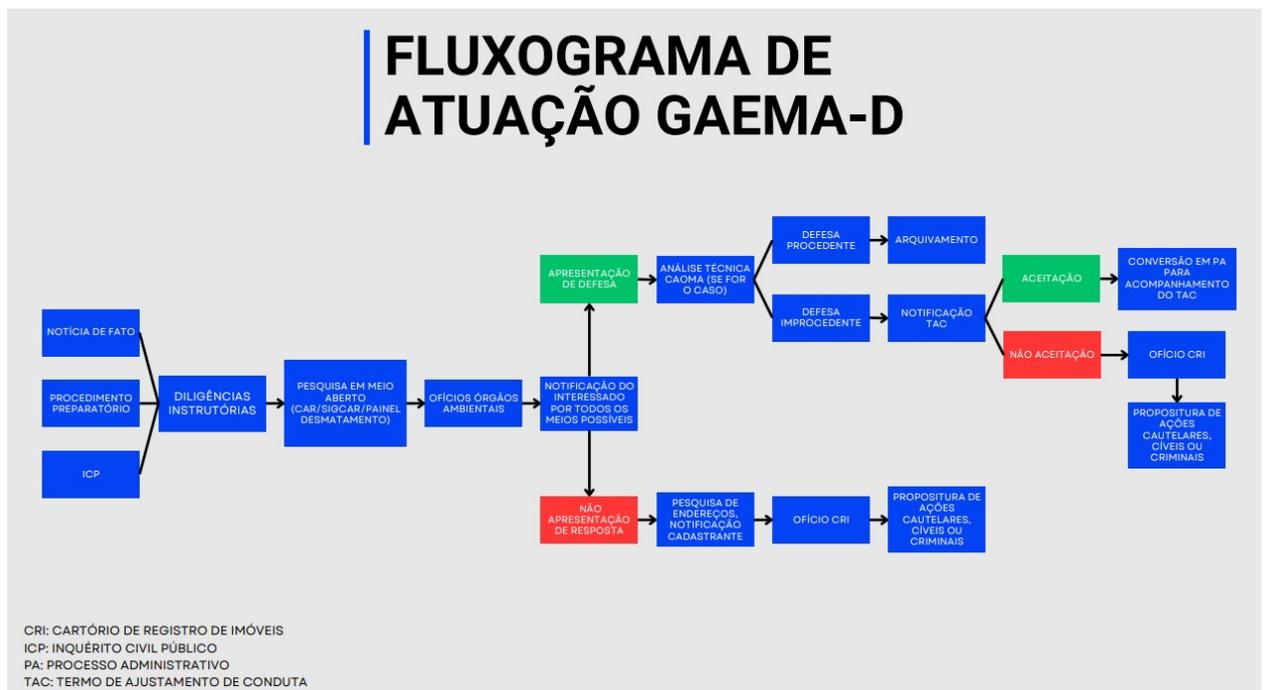
Somadas as movimentações de cada uma das subdivisões do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente há um total de **11.759**, no período compreendido entre fevereiro de 2023 a 30 de setembro de 2024, somente considerando os dados registrados no sistema *Integrar-e* de gestão dos procedimentos administrativos ministeriais.

### **Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D**

Dentre as principais atividades do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D, observou-se uma atuação intensa na instauração de procedimentos em desfavor de grandes desmatamentos no Estado do Tocantins, com apoio

institucional do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - Caoma, o qual trouxe as balizas técnicas para a execução dos trabalhos.

Destaca-se a metodologia de trabalho fundamentada na adoção de um fluxograma de atuação ministerial que assegura ampla defesa aos supostos autores dos desmatamentos, exaurindo-se todas as formas de notificação, privilegiando a conciliação, termos de ajustamento de condutas, e, em caso de insucesso na composição, propositura de restrições administrativas, ações cautelares, ações cíveis e criminais, sucessivamente.



Nesse norte, partindo do pressuposto de que a grande maioria dos grandes desmatamentos têm ocorrido em áreas privadas, a atuação ministerial visa a regularidade ambiental dos imóveis rurais em sua plenitude, exigindo não só a recomposição das áreas desmatadas como a adequação do cadastro ambiental rural, dos licenciamentos das atividades industriais e agroindustriais e todas as exigências da legislação ambiental vigente.

Ressalta-se que a equipe de colaboradores do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D está sendo permanentemente treinada pelos técnicos do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - Caoma e, atualmente, já conseguem desenvolver análises ambientais simplificadas das propriedades e pesquisas complexas em meio aberto, para diagnosticar os passivos ambientais, assegurando a duração razoável dos procedimentos e reduzindo a quantidade de pedidos de análises ao Centro de Apoio.

O Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D tem apresentado grande destaque nas mídias estadual e nacional, com operações bem-sucedidas na tutela do Cerrado Tocantinense, enaltecendo o trabalho do Ministério Público do Tocantins, no planejamento e atuação institucional, frente aos desafios contemporâneos e futuros no que diz respeito à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado:

<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2023/07/11/profissao-reporter-vai-mostrar-a-grilagem-de-terras-e-seus-impactos.ghtml>

## Profissão Repórter vai mostrar a grilagem de terras e seus impactos

Equipe flagrou casos de desmatamento em áreas disputadas por grileiros no Piauí e no Tocantins.

Por Profissão Repórter

11/07/2023 02h30 - Atualizado há 7 meses



Profissão Repórter vai mostrar a grilagem de terras e seus impactos

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/03/02/imagens-de-satelite-ajudam-a-identificar-mais-de-120-pontos-de-desmatamento-no-jalapao.ghtml>

## TOCANTINS

solar por assinatura

mplicidade e economia. Sem investimentos, instalações ou manutenções. EDP Brasil

ABRIR

# Imagens de satélite ajudam a identificar mais de 120 pontos de desmatamento no Jalapão

Área mais afetada está em Mateiros, município onde se concentram os principais atrativos ecoturísticos do estado. Ministério Público busca acordo com os proprietários rurais.

Por Ana Paula Rehbein, Brenda Santos, g1 Tocantins, TV Anhanguera  
02/03/2024 11h34 · Atualizado há 5 horas



Satélite encontra focos de desmatamento no Jalapão — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Os desmatamentos no Estado do Tocantins, nos últimos anos, têm crescido de forma assustadora e vêm ameaçando a nossa principal vegetação nativa, os recursos naturais, a fauna e a flora, colocando em risco as nossas bacias hidrográficas. O cerrado constitui mais de 90% da vegetação nativa do Tocantins e tem uma proteção jurídica menor do que a de outros biomas, como Amazônia, a Mata Atlântica e o Pantanal, considerados biomas-patrimônio nacional, pela Constituição Federal, no que diz respeito à possibilidade de autorização destes desmatamentos. Além disso, grande parte da vegetação descrita como Cerrado Tocantinense

encontra-se situada em propriedades particulares que, em regra, podem desmatar até 35% de sua vegetação nativa, dependendo do regime jurídico a que esteja submetida a propriedade. Assim, não só o desmatamento ilícito, mas também o desmatamento autorizado ou passível de autorização representa um risco iminente ao meio ambiente do Estado do Tocantins e o tem colocado como um dos líderes no *ranking* do desmatamento no Brasil, denotando uma possível omissão na gestão ambiental, falta de transparência e eficiência do Estado, quanto às políticas públicas voltadas ao exercício do poder de polícia ambiental.

Nesse sentido, cabe destacar que o GAEMA D distribuiu 106 petições cíveis no Centro Judiciário de Solução de Conflitos Ambiental e Fundiário – CEJUSCAF com a finalidade de buscar a solução consensual dos desmatamentos ilícitos e irregularidades ambientais e seus impactos nos cursos hídricos do Bioma Cerrado na região do Jalapão, na Bacia Hidrográfica do Rio Galhão, município de Mateiros/TO.

No mês de julho de 2024 foram realizadas 19 audiências, sendo que 13 audiências terminaram em acordos exitosos, evitando que os conflitos se tornassem ações judiciais.

As audiências foram realizadas nos dias 9, 11 e 16 de julho com a participação de representantes do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)/Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público Estadual.

No mês de agosto foram realizadas 42 audiências de conciliação com produtores rurais da Bacia do Rio Galhão.

Em algumas audiências de conciliação houve a participação de mediadoras ambientais recém-formadas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). O curso Básico de Formação de Mediadores Ambientais é voltado a profissionais de engenharia ambiental e florestal, agrônomos e servidores de instituições públicas municipais, estaduais e federais que lidam com conflitos agrários.

A bacia do rio Galhão está localizada dentro das principais unidades de conservação do Jalapão, com área de aproximadamente 70 mil hectares utilizados para atividade agrícola na fronteira entre os estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí (MATOPIBA).

Entre as irregularidades detectadas estão a falta de licenciamento ambiental, desmatamento de áreas protegidas e potenciais violações ao Código Florestal. A iniciativa visa evitar a judicialização dos casos e promover a regularização ambiental de forma célere e menos onerosa.

A ação preventiva beneficia os proprietários rurais, que podem se adequar à legislação ambiental evitando sanções, e contribui para a preservação do meio ambiente. A judicialização traz prejuízo para os produtores rurais, pois restringe o acesso ao financiamento da produção, crédito rural, arrendamento, compra, à aquisição ou comercialização de produtos que possam ter origem ilícita.

Nessa perspectiva, o trabalho do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Desmatamentos – GAEMA D pode ser considerado como uma das últimas frentes oficiais de atuação contra o desmatamento ilícito em larga escala e de grande extensão, assegurando ou minimizando a supressão do Cerrado no Estado do Tocantins.

### **Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Incêndios e Queimadas – GAEMA IQ**

No que diz respeito aos efeitos das queimadas ou incêndios florestais, o GAEMA IQ também atua fortemente correlacionado com os dados e estudos técnicos produzidos pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA, adotando a sistemática de notificar as propriedades que tenham registrado grandes queimadas ou incêndios florestais reiteradamente.

Ademais, os entes municipais são notificados através de procedimentos para regularizar as brigadas municipais e a defesa civil municipal, ano a ano, com a finalidade de atuar com os órgãos ambientais e o corpo de bombeiros no período restritivo de chuvas do Estado do Tocantins.

Todo esse trabalho tem significado uma ferramenta de transparência e prevenção às queimadas e incêndios florestais, pois têm trazido aos produtores rurais, assentamentos e comunidades tradicionais, a consciência para atender às recomendações das autoridades, como brigadas e órgãos ambientais, na adoção de estratégias, a fim de evitar a reiteração de incêndios, principalmente porque a metodologia de trabalho do Grupo de Atuação Especializada em Meio ambiente Incêndios e Queimadas – GAEMA IQ, é amplamente divulgada, com a instauração de procedimentos de regularidade ambiental, em desfavor de quem é identificado como origem de focos de queimadas.

Dessa forma, anualmente são instaurados inúmeros procedimentos, após a confecção das peças técnicas pelo Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - Caoma, iniciando assim um trabalho preventivo e de transparência ambiental que pode ter correlação com a redução de incêndios e queimadas florestais que foram detectadas recentemente.

## **Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU)**

Durante o ano de 2023, houve intenso trabalho nos municípios selecionados como prioridade no plano de atuação do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU): Colméia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Itaporã do Tocantins, Juarina, Miranorte, Pequizeiro, Presidente Kennedy, Rio dos Bois, Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Peixe, Sandolândia, Sucupira, Talismã, Gurupi, Araguacema, Abreulândia, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Nova Rosalândia, Monte Santo do Tocantins, Oliveira de Fátima, Pium, Pugmil e Paraíso do Tocantins.

Foi instaurado um procedimento administrativo ministerial para cada município, sendo que houve o levantamento de todo o acervo de informações relativas às análises técnicas dos lixões, Termos de Ajustamento de Conduta, pareceres e ações judiciais em curso.

Também foram realizadas reuniões, capacitações e gravimetrias em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA, em grande parte desses municípios.

No total o GAEMA RSU possui 49 procedimentos em trâmite;

- Dos 39 municípios de atribuição do GAEMA RSU, 38 receberam capacitação em gravimetria, com exceção de Paraíso, que não teve interesse;
- Desses 38 que foram capacitados, apenas 7 ainda não possuem relatório de gravimetria, contudo, estes já estão em fase de finalização para encaminhamento;
- Foram elaboradas 41 Peças Técnicas;
- Dos 39 municípios de atribuição do GAEMA RSU, 08 já possuem Termo de Ajustamento de Conduta:
  - 1- Gurupi
  - 2- Araguaçu
  - 3- Araguacema
  - 4- Caseara
  - 5- Nova Rosalândia
  - 6- Pium

- 7- Sucupira
- 8- Chapada de Areia
- 5 municípios da Regional de Guaraí solicitaram a possível celebração de Termo de Ajustamento de Conduta: Guaraí, Colmeia, Tabocão, Itaporã, Colmeia.
- Desde a criação do GAEMA RSU foram realizadas 940 movimentações através do sistema informatizado de gestão de procedimentos.

Diversas reuniões e estratégias de atuação ainda estão em estágio de implementação, como por exemplo a parceria institucional entre o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de buscar soluções consensuais com os gestores, a fim de adotar a solução definitiva para os lixões nos municípios tocaninenses, que se afaste do modelo de atuação tradicional por Comarca ou unidade ministerial e a propositura de ações civis públicas, sem eficácia na correta implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, após mais de década da aprovação da Lei dos Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/10.

Por fim, recentemente, através de inovadora atuação institucional, o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU) desenvolveu e lançou painel conjunto com Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA no Projeto Chega de Lixão (<https://storymaps.arcgis.com/stories/192346a5e98240e8b258ef73c2bb5769>) que tem por objeto dar transparência da situação de todos os aterros sanitários e lixões existentes no Estado, sua minuciosa situação atual, com relatórios, imagens, coordenadas geográficas, e informações essenciais para que os munícipes possam consultá-lo ou efetuar denúncias através do próprio Portal do Ministério Público.

ACESSO RÁPIDO



Tanto o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Incêndios Florestais e Queimadas (GAEMA IQ) quanto o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente Resíduos Sólidos Urbanos (GAEMA RSU) têm compartilhado desafios que vão além da atuação ministerial tradicional.

Por tratar-se de políticas públicas que necessitam do cumprimento das obrigações dos entes públicos municipais e estaduais, as estratégias de atuação ministeriais tradicionais não se apresentam eficazes, a fim de permitir a consecução dos direitos difusos e coletivos que deveriam estar dispostos aos cidadãos tocantinenses. E o enfrentamento desses desafios também está potencializado pelos efeitos das mudanças climáticas, que ainda são ignorados pelos órgãos, responsáveis pela política estadual do meio ambiente no Tocantins, seja no que diz respeito aos efeitos imediatos, como secas e períodos chuvosos extraordinários, seja pelos efeitos imediatos, decorrentes de anos de omissão estatal na gestão ambiental de grandes captações de recursos hídricos em larga escala, em rios e bacias hidrográficas sem critério, autorizações de grandes desmatamentos sem análise técnica, concessão de licenciamentos em desconformidade com a legislação ambiental, que podem desencadear uma série de eventos danosos regionais e/ou estaduais, agravados por esse novo cenário.

Nesse viés, sem dúvida nenhuma, a questão ambiental no Estado do Tocantins será um dos maiores desafios ministeriais nos próximos anos. E o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA, idealizado pelo Dr. José Maria da Silva Júnior e criado pelo Colégio de Procuradores de Justiça - CPJ, estará pronto, a fim de atuar na tutela ambiental desse direito fundamental - o meio ambiente ecologicamente equilibrado para presentes e futuras gerações.